

## A ANÁLISE METODOLÓGICA COMO PROCESSO EPISTEMOLÓGICO

Jusinete Santos<sup>1</sup>  
professorajusinete@gmail.com

**RESUMO:** Este artigo objetiva, primeiramente, contrapor posições epistemológicas de duas abordagens teórico-metodológicas que discutem linguagem & sociedade nas ciências sociais, a saber, a etnometodologia e o sócio-cognitívismo. Em segundo, o artigo abraça o propósito de colocar questões que possam ser respondidas, quem sabe, no plano de interface dos dois blocos de oposições epistemológicas: o cognitivista e o anti-cognitivista. Para tanto, a pergunta que norteará toda a trajetória de exposição de dúvidas e de questionamentos é: Com quem está o poder?

**PALAVRAS-CHAVE:** Poder distributivo; Linguagem; Agentividade.

**ABSTRACT:** Firstly, this article aims to counter epistemological positions of two theoretical-methodological approaches which discuss language & society in social sciences, namely the ethnomethodology and the sociocognitivism. Secondly, the article comprises the purpose of bringing about questions that might be answered, who knows, in the interface of two blocks of epistemological oppositions: the cognitivism and the anti-cognitivism. Thus, the question that will guide the whole exhibition of doubts and questions is: Who gets the power?

**KEYWORDS:** Distributive power; Language; Agency.

---

<sup>1</sup> Professora do Colégio Naval. Mestranda em Estudos da Linguagem na PUC-Rio. Linha de pesquisa em Psicolinguística, área de concentração em Letramento no Terceiro Grau.

## 1. INTRODUÇÃO

Os intensos debates sobre métodos e metodologias nas ciências sociais dividem-se, *grosso modo*, entre os defensores da descrição das macroestruturas sociais e os adeptos à perspectiva que favoreça a uma compreensão do funcionamento das interações sociais em uma escala microssociológica. O estudo histórico dessas abordagens e de suas relações (ora de oposição, ora de complementaridade) não pode ser desenvolvido dentro dos limites desse trabalho, mesmo que eu o delimitasse ao debate entre os que se propõem a refletir a estruturação do real (das realidades múltiplas, em verdade) a partir da relação da sociedade com a linguagem, como, por exemplo, as abordagens conhecidas como etnografia, etnometodologia, sócioconstrutivismo, sóciointeracionismo, sóciocognitivismo. O que estas abordagens têm em comum é a concepção de sujeito como ser social que tem na linguagem uma preciosa ferramenta para agir no mundo: o ser social é um agente que atua no mundo através da linguagem. Em outras palavras, a plataforma a partir da qual o homem pode pensar todas as outras formas de estruturas sociais possíveis no mundo é a linguagem.

As divergências surgem, contudo, quando os teóricos se empenham na tarefa de descreverem o ``como`` a linguagem cumpre seu papel de estruturadora do mundo social, pois há várias maneiras de se analisar tal função. Em que pesem as marcadas diferenças e acirrados antagonismos que, de forma explícita ou implícita, individualizam os modos de ver dos defensores nas abordagens acima citadas, o fato é que os aliados no combate ao mentalismo e ao cognitivismo findam trabalhando como um bloco monolítico. É neste ponto de oposição ao cognitivismo que buscarei desenvolver minha incipiente posição teórico-metodológica.

Deste modo, este artigo debruça-se sobre minhas indagações e germens de despreziosas conclusões a que cheguei após algumas leituras sobre o tema *aspectos teórico-metodológicos nas ciências sociais*. O texto tem, assim, também, por objetivo colocar dúvidas, questionamentos não respondidos, tentativas de respostas, enfim, posicionar a mim mesma diante de múltiplas possibilidades quanto aos aspectos teórico-metodológicos das pesquisas sociais. O ponto de partida são as dúvidas, teimosas críticas já que respostas não existem, ou não satisfazem ao meu espírito questionador, frustrações por ter um ponto de partida, porém não um de chegada.

Os germens de crítica satisfazem a um duplo objetivo. Primeiramente, expressar meu entendimento acerca das posições epistemológicas de duas abordagens teórico-metodológicas

nas ciências sociais, a saber, a etnometodologia e o sócio-cognitivismo. Em segundo, o germen de crítica satisfaz ao propósito de colocar questões que possam ser respondidas, quem sabe, no plano de interface dos dois blocos de oposições epistemológicas: o cognitivista e o anti-cognitivista. Para tanto, a pergunta que norteará toda a trajetória de exposição de dúvidas e de questionamentos é: Com quem está o poder?

## 2. PARTILHANDO ENTENDIMENTOS

Em setembro de 2011, tive a oportunidade de participar de um curso ministrado pelo Prof. Dr. Rod Watson sobre etnometodologia, sediado na PUC-Rio. Meus iniciais contatos com esta abordagem teórico-metodológica se deram através de leituras e discussões em aulas no curso de mestrado em Estudos da Linguagem na PUC-Rio. O resultado de leituras superficiais é inelutavelmente a sensação de que se tem um conhecimento substancializado por uma espécie de colcha de retalho: ouvi dizer ali, fiz uma leitura acolá, estudei aqui. Soma-se a isso o fato de que a colcha de retalhos denunciou em mim o caráter ordinário de um saber fragmentado, tanto quanto cheio de diferenciados segmentos dentro da própria etnometodologia. Apesar da multiplicidade de teóricos a abordarem a etnometodologia, ora definindo o que ela é, ora a descrevendo pelo o que ela não é, suas premissas se ancoram em proposições mais de cunho teórico-filosófico do que propriamente em dados empíricos: 1) o real é construído pelos agentes sociais em suas interações linguísticas; 2) a dinâmica social pode ser compreendida a partir de acontecimentos sociais estudados dentro de um recorte epistemológico do aqui-e-agora. Em outras palavras, as falas, discursos e narrativas, dentre outros, dos agentes em interações sociais são a base da construção da realidade social. O curso do Prof. Dr. Rod Watson superlativizou em mim essa impressão de colcha de retalho e me lançou em profunda dúvida quanto ao ``como`` as conversas do dia-a-dia das pessoas formam a base ontológica da dinâmica social. Assim, parece-me oportuno começar a expor meus entendimentos e questionamentos por esta abordagem.

### 2.1 DA ETNOMETODOLOGIA

Em linhas gerais, o que inicialmente incomodou Harold Garfinkel (Prof. Dr. Rod Watson, PUC-Rio, 2011), sociólogo norte-americano e fundador da etnometodologia, foi o

fato de a sociologia clássica estudar os fenômenos sociais como fatos objetivos, independentes das relações intersubjetivas entre os atores sociais e das interpretações que estes fazem ao darem sentido à realidade social. Paixão afiança que:

A emergência do paradigma etnometodológico - o estudo dos métodos que os membros da sociedade utilizam para atribuir significado ao mundo da vida cotidiana - alterou substancialmente a visão da sociedade e da política como arenas objetivas e estruturadas de ação social (Paixão, 1986, 93).

No mini-curso ministrado na PUC-Rio, o Prof. Dr. Rod Watson ressaltou que Garfinkel foi orientando de Parsons, expoente sociólogo norte-americano, do qual recebeu forte influência, sobretudo ao defender que o poder não era uma questão circunscrita às instituições ou pessoas dos mais altos escalões do poder. Paixão afirma que Parsons não era ingênuo, *``(...) pois reconhece que o poder tem uma dimensão distributiva, que é menos importante que sua dimensão sistêmica (...)``* (op. cit., 95). Disso resulta que os atores sociais comuns e simples não são como que peças de um teatro de marionetes nas mãos dos que tomam decisões dentro das instituições do poder sistêmico, ainda quando estas decisões muitas das vezes mudem cursos da história e, por conseguinte, tenham impacto nos cursos de vida desses atores sociais.

Contrariamente, para Garfinkel o poder está em todo lugar, em todas as pessoas, distribuído em todos os contextos que, por sua vez, são palcos de construções da realidade social. Importante salientar que a grande contribuição dessa microsociologia foi que o foco se alterou, ou seja, o olhar investigativo aproximou-se das pessoas mundanas, cada qual em seu anonimato, revelando um poder largamente negligenciado pela pesquisa macrosociológica tão acirradamente defendida por sociólogos de formação mais tradicional.

Antes de avançar, convém colocar a primeira teimosa crítica à posição da etnometodologia. A visão sistêmica da sociologia tradicional não negava que o sistema se sustentava justamente pela comunhão das ações sociais. Na sociologia tradicional, sobretudo a criticada na década de 1960s por Garfinkel, a visão era tão estruturalista quanto a de outras áreas do saber. As macroestruturas eram, então, entendidas como algo supraindividual, ou seja, independiam do sujeito singular. Todavia, elas não existiam fora do conjunto das ações desses sujeitos simples. Opondo-se a essa visão macro, Garfinkel dizia que o objeto de estudo da sociologia não deveria ser nem o sujeito singular nem a singularidade do sujeito, mas o poder que ele tem de construir realidades sociais, de manter tantas outras realidades, de se opor, de discutir, enfim, de se comunicar de forma agentiva.

O embate inicial era de cunho filosófico na medida em que perpassava a própria concepção de sujeito social: de um lado, o sujeito individual nos bastidores das macro-estruturas da sociedade; de outro, o sujeito singular focado pela sua capacidade agentiva na arena dos microprocessos. Garfinkel concluiu, assim, nos afiança o Prof. Rod Watson, que o problema da etnometodologia seria o de descrever *como* os membros da sociedade chegam a acreditar na existência da realidade social como algo objetivo e permanente; *como* seus poderes (re)significavam as ``verdades sociais``. Garfinkel asseverou que através de processos comunicativos que relatam, explicam, enfim, narram a realidade social é que o ator social constrói e mantém a ordem social, tanto para ele mesmo quanto para os outros em sua comunidade (Garfinkel, 1967).

Transcendendo ao plano do teórico-filosófico, não é fácil encontrar resposta para ``*como*`` as (re)construções do aqui-e-agora dão ao ator social a ``certeza`` de que a sociedade é a mesma, constante, estável e, acima de tudo, de que a sociedade é organizada. O que faz o ator social crer em um caráter de permanência da dinâmica social se a cada aqui-e-agora ele se defronta com uma nova tarefa de construção de sentidos? E como pode ele ter certeza de que o sentido dado no aqui-e-agora é o mesmo do dado no passado, ou terá projeção no futuro? A impressão que tenho é que o fundamento teórico da construção-social-no-aqui-e-agora fica volátil se não se comunicar, de alguma forma, com estruturas mais macros da sociedade.

Nenhuma surpresa causa quando se constata que a proposta de mudança do foco das macro-estruturas para a microsociologia das interações sociais não se implantou no universo acadêmico sem oposições e sérias críticas. Garfinkel se defrontou com o problema da descoberta das bases da estrutura social, ou seja, do ``*como*`` a ordem social se mantinha, já que ele postulava a impossibilidade da existência de um mundo real, objetivo, independente das interpretações intersubjetivas dos sujeitos (*op. cit.*, 1967). A realidade não é objetiva senão dentro do subjetivismo de cada um que assim a aceita como objetiva. Garfinkel defendia sua tese com o argumento que o tornou conhecido: o agente social não é um ``cultural dope``<sup>2</sup> (Coulon, 1995, p. 53). Isto equivale a dizer que o sujeito analisa e interpreta as regras dos jogos nas interações sociais ocorridas nos mais diferenciados contextos em que vive. Segundo Paixão (*op. cit.*, 101) foi essa perspectiva da interação social que permitiu a Garfinkel introduzir nos debates acadêmicos a possibilidade de uma análise microsociológica do poder

---

2 um idiota cultural (Tradução da Autora)

descentralizado, distribuído, em oposição ao poder sistêmico. Neste momento, a etnometodologia opôs-se ao ``porque`` do método positivista, linear e cartesiano com o ``como`` multivetorial das metodologias de base etnográfica. Assim, a resposta à pergunta norteadora deste artigo - *Com quem está o poder?* - não pode fugir das trincheiras em que se define tanto a função social da linguagem quanto a concepção de sujeito. Dúvida não há que são essas trincheiras em si mesmas um palco de fortes e acirradas disputas de poder. Afinal, creio que poucos discordariam de Foucault:

Mas o importante em tais mudanças não é se serão rápidas ou de grande amplitude, ou melhor, esta rapidez e esta amplitude são apenas o sinal de outras coisas: uma modificação nas regras de formação dos enunciados que são aceitos como cientificamente verdadeiros. Não é portanto uma mudança de conteúdo (refutação de erros antigos, nascimento de novas verdades), nem tampouco uma alteração da forma teórica (renovação do paradigma, modificação dos conjuntos sistemáticos). O que está em questão é o que rege os enunciados e a forma como estes se regem entre si para constituir um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente e, conseqüentemente, susceptíveis de serem verificadas ou infirmadas por procedimentos científicos...problema do ``regime discursivo`` (Foucault, 1979, pp. 5-6) (grifo meu).

Perfazendo um estudo histórico das metodologias de pesquisa sobre a relação entre a sociedade e a linguagem, Koch & Cunha-Lima elucidam bem a postura teórica no ``regime discursivo`` anti-cognitivismo:

Encontramos pesquisadores que dão toda a primazia a aspectos sociais da língua, desconsiderando a hipótese de que fatores ``internos``, biológicos ou individuais, desempenham um papel na explicação de como a língua funciona (...) Aspectos como memória e processamento mental não são considerados para o estudo da linguagem.

Pode-se dizer que é difícil encontrar nos estudos desenvolvidos por pesquisadores oriundos de tradições mais fortemente sociais considerações sobre a plausibilidade cognitiva dos modelos por eles propostos. A preocupação com aspectos cognitivos não tem estado na agenda da maioria dos pesquisadores interessados em aspectos sociais da língua, como pragmáticos, sociolinguistas e etnolinguistas. Pode-se dizer que a Linguística tem assumido, quando se trata da relação entre linguagem e sociedade, uma perspectiva que se pode chamar de descorporificada, isto é, uma perspectiva que considera a mente radicalmente separada do corpo (Koch & Cunha-Lima, 2011, pp. 253-254) (grifo meu).

O questionamento que se coloca a mim o tempo todo, tomando de empréstimo a questão do Prof. Dr. Rod Watson em seu curso ministrado em setembro de 2011, é: *What's missing?*<sup>3</sup>

---

3 O que está faltando? (Tradução da Autora)

Nas sessões que se seguem há uma despretenhosa tentativa de aproximação à resposta. Traçarei as linhas gerais dos fundamentos teórico-metodológicos da abordagem sóciocognitivista por entender que esta fornece um arcabouço teórico que melhor dá conta de explicar a ``constância`` ou ``permanência`` da realidade social do ponto de vista dos seus agentes. Ao mesmo tempo, penso que o sócio-cognitívismo melhor desenvolve os fundamentos para um sujeito epistêmico-social que (re)significa a realidade social em suas interações com o mundo.

## 2.2 DO SOCIOCOGNITIVISMO

Koch & Cunha-Lima são partidárias do sócio-cognitívismo como fundamento teórico nos estudos da função da linguagem na construção do social. Partindo do questionamento – ``Como a cognição se constitui na interação?`` – as autoras afirmam que a língua deve ser entendida como um tipo de ação e um tipo de ação conjunta: ``As ações conjuntas são ações que envolvem a coordenação de mais de um indivíduo para sua realização. (...) Uma ação conjunta é definida pela existência de finalidades comuns`` (*op. cit.*, 280).

As autoras exemplificam com o caso de dois amigos que se encontram para ``jogar conversa fora``. Esta ação cognitiva social certamente não é desprovida de finalidade:

(...) não se pode dizer que não exista nenhuma finalidade aqui, seja divertir-se, seja cultivar relações. Uma prova de que esses casos têm uma finalidade definida é que ``não fica bem`` conversar assuntos considerados pesados ou impróprios sob pena de mudar a natureza da ação em curso e abortar a finalidade inicial (*op. cit.*, 283).

Além disso, a própria finalidade da ação social estabelece papéis distintos para os interlocutores. Os papéis podem ser simétricos (um bate-papo entre amigos) ou assimétricos (uma conversa entre a professora e uma aluna), mas em ambas as situações os interlocutores precisam negociar qual a ação que está em curso, tanto quanto que interpretação do dito pode entrar em cena: ``relações sociais distribuem desigualmente o poder para estabelecer a interpretação do dito entre as instâncias ou pessoas que participam de uma dada interação`` (*op. cit.*, 285). Assim, Koch & Cunha-Lima defendem que situações reais de interação devam ser estudadas para que se possa compreender o que os interlocutores fazem para negociarem sentidos dos textos ou ditos, mas consideram insuficientes as pesquisas que somente descrevem os eventos nos quais sentidos são produzidos. Em outras palavras, as autoras se

opõem às pesquisas que se limitam à descrição dos aspectos externos da produção de sentidos em conversas, já que, assim, os pesquisadores descrevem a ação social, enquanto concomitantemente negligenciam a dimensão da linguagem enquanto ação verbal:

Observar a língua em funcionamento exige que se observem os interlocutores engajando-se em atividades usando a língua como forma de mediação. O método da observação e descrição dos eventos nos/por meio dos quais os sentidos são construídos não é suficiente para explicar o que as pessoas fazem com as palavras para dar sentido aos textos (os ditos) e os interpretar: interpretar textos (ou sentenças) não é uma atividade que acontece dentro da mente do falante, mas uma atividade conjunta que emerge na interação e pressupõe e implica negociação em todas as suas fases.

Apesar da importância da contribuição teórica dessas linhas de pesquisa e da enorme quantidade de dados e evidências trazidos por elas, não se pode dizer que essas perspectivas tenham tido alguma preocupação com aspectos cognitivos. Para estas abordagens, a interação é uma forma de organização social, uma coisa que acontece publicamente; aspectos mentais são não apenas secundários como ativamente evitados. (*op. cit.*, 286)

### 3. DA NÃO ISONOMIA DE PODER

Parece-me inegável que o poder está esteja na ordem distributiva e não somente na ordem sistêmica. Evidencia-se com a etnometodologia que o poder se traduza também nas ações sociais do ator social comum, mundano, anônimo. Suas narrativas revelam poder para construir e reconstruir realidades sociais. Resta agora evidenciar ``porque``, quicá ``como``, essas realidades do dia-a-dia, do aqui-e-agora não logram mudar, por exemplo, o poder Estatal de impor tributos sem que essa verba se reverta em benefícios sociais (escola, saúde, rodovias, segurança pública, etc.); ou mudar o poder Estatal de impor leis, muitas das quais dissociadas das reais necessidades dos atores sociais comuns e simples; ou o poder do sistema financeiro, o poder econômico, o poder das religiões que tanto influenciam decisões dentro de Estados ditos laicos. Enfim, como o paradoxo do eu construo uma sociedade de ``opressão, dogmatismo, absolutismo nas práticas da vida cotidiana``, como nos diz Coulon, pode ser explicado? (*op. cit.*, 125). Coulon aduz que ``(...) a confiança é a condição fundamental mas habitualmente escondida do jogo com suas regras combinadas`` (*op. cit.*, 83). Então, como o paradoxo do - eu não confio em ninguém, salvo raras exceções, mas confio que todos vão manter a ordem social que eu mantenho - pode ser explanado? E mais: como os diversos fios dos poderes acima listados, dentre tantos outros, podem ser tecidos de forma a explicar



``como`` a aparência de que toda ação social contribui para uma objetividade com caráter de estabilidade, da qual o ``eu`` e o ``outro`` somos construtores, muito embora o ``eu`` e o ``outro`` não participamos das esferas de decisões dos altos escalões do poder que também formam a etiologia dessa objetividade?

Paixão diz que:

Não se trata, evidentemente, de trabalhar com "construções privadas da realidade" e de procurar "descobrir o que existe na mente dos atores". O significado das regras e a negociação de relações de poder relatam os métodos que as pessoas usam para criar "fatos sociais" que governam suas atividades. Se há entidades como "poder, conflito, contradições, crises, dialética e classes", elas devem operar causalmente no dia-a-dia (...) (*op. cit.*, 100).

Rod Watson (PUC-Rio, setembro/2011) confirmou esta ruptura epistemológica da etnometodologia com os fatores sociais como conflito, contradições, crises, dialética e classes. Ratificando a posição teórico-metodológica de Garfinkel, Rod Watson afirmou que se um cientista intente estruturar seu trabalho na busca de uma suposta lógica dos acontecimentos ordinários no social a partir, exclusivamente, de uma orientação cognitivista, terá seu trabalho perdido. Nem as categorias do racionalismo lógico nem as estruturas cognitivas o ajudariam nessa empreitada, dado que os sentidos são construídos em cada acontecimento ou interação social, tornando, assim, o objetivo do cientista desnecessário tanto quanto impossível de ser atingido. Com esta observação, Rod Watson asseverou que Garfinkel pioneiramente estabeleceu um novo território para as análises sociológicas, qual seja, o estudo das propriedades do *raciocínio prático* do senso comum nas situações cotidianas da vida em sociedade. É assim que a etnometodologia não se traduz apenas por uma nova metodologia de investigação científica, nos diz Paixão, mas também por um aparelhamento teórico e conceitual que estabelece condições para o cientista desenvolver uma reflexão combativa, no sentido de prática, ao invés de uma reflexão teórica, conceptual, abstrata, distanciada das interações dos atores sociais.

Particularmente, não considero que a proposta da microssociologia da etnometodologia seja ingênua, mas parece que a etnometodologia deu poder às vozes das pessoas comuns, e deixou de fora tantas outras vozes que estão no poder. Paixão concorda com Coser e expõe algumas críticas à etnometodologia:

Por que seria a etnometodologia uma "psicologia social" e o marxismo uma "sociologia"? A explicação mais clara encontra-se no texto de Coser, bem

que a etnometodologia resulta "numa orgia de subjetivismo, numa empresa auto-indulgente na qual uma perpétua análise e auto-análise metodológicas conduzem à regressão infinita, onde a descoberta das qualidades inefáveis da mente do analista e do analisado e suas construções privadas da realidade servem para obscurecer as qualidades tangíveis do mundo lá fora. Limitando-se a tentar descobrir o que existe na mente dos atores, ela bloqueia o caminho para uma investigação dos aspectos centrais de suas vidas, sobre os quais eles conhecem muito pouco" (*op. cit.*, 98).

Alinhando-me com a crítica acima, deparo-me com meu teimoso espírito questionador sem resposta à pergunta norteadora desta exposição: *Com quem está o poder?* – toda vez que me volto para a etnometodologia. Este aparelhamento teórico-conceitual igualmente não lança luz sobre meus tantos outros questionamentos aqui partilhados. Em verdade, essa postura descritiva e interpretativista me parece uma visão apologética do poder dos atores sociais em serem criativos na (re)construção da realidade social que lhes convém, já que é a própria etnometodologia que afirma que a pessoa dá sua interpretação de um dado acontecimento social, o narra sobre seu ponto de vista, e julga que seu interlocutor concorda com ele/ela em 110%. De novo trago as críticas a esta epistemologia citadas por Paixão:

Coser e Perrow repetem, cada um a sua maneira, a crítica tradicional aos supostos epistemológicos da fenomenologia, que a etnometodologia assumiu como seus - sobre essa relação, ver Hearp e Roth (1973, p.354-67). Ambos entendem a fenomenologia como centrada na questão da consciência como consciência individual - o que, dizem os especialistas, foi o ponto de partida de Husserl (Carr, 1974, p.82). Ora, se a consciência é consciência individual, é difícil escapar à crítica da fenomenologia como "solipsismo transcendental" (Husserl, apud Carr, 1974, p. 84): se apenas a minha consciência é real, não há como atribuir realidade objetiva a outras consciências individuais, que aparecem para mim como figuras de sonho - e daí à "regressão infinita" é um pulo. Eu interpreto interpretações de outros e minha interpretação de interpretações pode ser interpretada por ou intérprete que, por sua vez... ' (*op. cit.*, 98).

Entendo que Koch & Cunha-Lima melhor aproximam a lente não dos interlocutores, mas do contexto histórico-social das conversas, ampliando, assim, nosso raio de compreensão acerca da relação entre linguagem e sociedade:

Ver a linguagem como ação não é, então, suficiente: é preciso passar a abordá-la como ação social. Relações sociais complexas (cultural e historicamente situadas) autorizam ou desautorizam os falantes a produzirem certos sentidos. Relações sociais distribuem o poder para estabelecer qual a interpretação do dito entre as instâncias ou pessoas que participam de uma dada interação (*op. cit.*, 285).

#### 4. POR FAVOR, DE QUE REALIDADE VOCÊ ESTÁ FALANDO?

O problema não é mudar a "consciência" das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade. (Foucault)

##### 4.1 DAS MEMÓRIAS SOCIOCOGNITIVAS – quem não as tem?

O Prof. Dr. Rod Watson foi contundente ao negar que a etnometodologia se assente no constructo teórico do simbolismo interacional. Talvez por conta dos vários segmentos com diferentes perspectivas sobre a própria etnometodologia, podemos ver que Coulon não se afina com esta interpretação do Prof. Rod Watson. Coulon afirma que o interacionismo simbólico ancora-se em uma concepção teórica que considera que os objetos sociais são construídos e reconstruídos pelos atores interminavelmente:

O significado social dos objetos se deve ao fato de lhes darmos sentido no decurso de nossas interações. E se alguns desses significados gozam de estabilidade no tempo, devem ser renegociados a cada nova interação. Define-se a interação como uma ordem negociada, temporária, frágil, que deve ser permanentemente reconstruída a fim de interpretar o mundo. Este construtivismo vai aparecer sob uma outra forma na etnometodologia (Coulon, 1995, p. 16).

Em outras palavras, afirma Coulon que as ações sociais não podem ser capturadas no decurso de uma lógica pré-estabelecida, casualmente estabelecida a partir de uma ordem de fatos externos e fixos. Em contrapartida, penso que desconsiderar as motivações pessoais, suas memórias sócio-cognitivas, e a parcial liberdade subjetiva dos atores sociais em interações simbólicas é criar um mundo imaginário, idealizado, que não corresponde à realidade concreta.

Bourdieu nos convida a considerar que o *“(...) capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento)”* (Bourdieu, 2003, p. 26). O capital científico não é uma questão de significação na arena do aqui-e-agora, mas iniludivelmente fruto de uma história e de uma memória partilhadas entre teóricos e pesquisadores. Assim também o é o senso comum tão apreciado pelas abordagens a-historicistas. Donde, a descrição pontual de eventos discursivos ou episódios narrativos, com subseqüentes interpretações etnoconstrutivista, finda transformando, assim me parece, a própria pesquisa acadêmica em uma espécie de

partenogênese, na qual a ação social engendra-se a si própria, fora de qualquer intervenção ou influência das outras estruturas da sociedade nem da historiografia do mundo social. Foucault me alicerça a argumentação:

O problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros. Daí a recusa das análises que se referem ao campo simbólico ou ao campo das estruturas significantes, e o recurso às análises que se fazem em termos de genealogia das relações de força, de desenvolvimentos estratégicos e de táticas. Creio que aquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha (*op. cit.*, 6).

E não menos me alicerça a posição política de Bourdieu, o qual confessa ser partidário de um estruturalismo construtivista, ou seja, ele assume uma posição intermediária entre o macro-estruturalismo e a microssociologia:

Em outras palavras, é preciso escapar a alternativa da "ciência pura", totalmente livre de qualquer necessidade social, e da "ciência escrava", sujeita a todas as demandas político-econômicas. O campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve (Bourdieu, 2003, p, 21).

#### 4.2 DOS VAZIOS NÃO CRIATIVOS – mundos paralelos

Dentro de minhas inquietações, não silenciadas neste artigo, eu gostaria de ver ``como`` problemas de (re)construção, (re)significação, aquiescência/rebeldia por parte dos atores sociais podem ser discutidos no interior de uma trama histórica que se atualiza a cada evento social, ao invés de remetê-los a um agente social constituinte. Parece que precisamos rever a concepção de sujeito constituinte e, quem sabe, nos livrarmos do próprio conceito de sujeito constituinte. Isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica, ao invés de tomar sua ação social como um gesto metonímico de toda e qualquer estrutura social e de todas as estratificadas realidades sociais. O foco se voltaria para a genealogia, ou seja, uma forma de sociolinguística que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja ele ``perseguido sua identidade vazia ao longo da história`` (Foucault, 1979, p. 7).

As polarizações na Academia disputam discursos que estabelecem ora a realidade do sujeito que constrói o mundo como que se estivesse ele fora de um sistema de relações e estruturas sociais fundantes, ora simplesmente o mundo se move de forma a-histórica e supra-individual. Em ambas as polarizações, forçoso concordar com Foucault que o sujeito segue ``(...) *perseguindo sua identidade vazia ao longo da história*``. Para Foucault é o conjunto de nossas atitudes em conformidade com as regras do jogo da sociedade ou subvertendo-as, que caracteriza nossa história no mundo, sempre dialógica, sempre relacional, sempre interacional.

## 5. WHAT'S MISSING?

O que falta, então, a uma abordagem de base etnometodológica que descreve as ações sociais sob a perspectiva sincrônica, pragmática, e que relega o passado sócio-histórico a uma inexpressividade que dificulta entender as regras do jogo e métodos com os quais os agentes sociais lidam cotidianamente, mas que ainda toma essas mesmas regras e métodos como tema de pesquisa? Garfinkel afirmava que o agente social não é um ``cultural dope``, e por certo não o é. No entanto, no meu modesto ponto de vista, Garfinkel o mergulhou em um a-historicismo que em nada nos ajuda a entender o ``*como*`` esse agente social saiu da segunda, quem sabe da primeira, infância e se tornou um ``cultural wit``.

Para melhor ilustrar minha dúvida, parece-me que descrever ``*como*`` os trabalhadores negociam sentidos em uma conversa enquanto montam peças em uma linha de montagem não explica ``*porque*`` a linha de montagem tomou existência em fábricas com o fordismo, muito menos desnuda a concepção de trabalhador que aí se veicula, ao mesmo tempo em que exclui os interesses sustentados por aqueles que instalaram linhas de montagem em suas fábricas ao adotarem a concepção fordista de trabalhador. A sociologia prática não chegou ao chão das fábricas, tanto quanto não interpretou o discurso do Mister President Barack Obama no momento em que a Presidenta Dilma Rousseff fazia uma visita ao Oval Office<sup>4</sup>. Estes são alguns dos espaços não visitados pela etnometodologia, cujas vozes ficaram fora das análises do jogo social e do poder distributivo.

Creio que descrever as bases objetivas ou intersubjetivas de construção das estratificadas e múltiplas realidades sociais, embora importante, não significa afirmar que a

---

4 Ocorrida em 09/04/2012

realidade em um dado corte epistemológico se mostra transparente aos olhos do pesquisador, muito menos que ela se revela com o mesmo percentual de transparência aos olhos de todos os agentes sociais de uma dada realidade social pesquisada. Afinal, como disse Paixão ao citar Dreitzel - *“regras de interpretação podem ser, também, `cristalizações de relações de poder e situações de trabalho`”* (op. cit , 102).

Dentre as diversificadas ações dos atores sociais no mundo, podemos estudar a realidade social contrapondo obediência e rebeldia. A obediência, a rebeldia e a resistência são igualmente regras do jogo de construção das realidades sociais, e podem tanto quanto devem ser objeto de pesquisa nos estudos do poder distributivo. No entanto, as questões inquietantes que me ficam sem respostas são: 1. Por que uns resistem ou se rebelam enquanto outros obedecem?; 2. O que move as mudanças sociais: a aquiescência ou a rebeldia?; 3. Os atores sociais agem cotidianamente pensando em *“(re)construção da realidade social”*?

Não tenho essas respostas, todavia a organização social descrita em sua ordem ou em seus conflitos não pode se resumir, no meu anêmico entendimento, à descrição da aquiescência ou rebeldia dos atores sociais em seus cotidianos que comumente são estudados na base do aqui-e-agora pelas abordagens construtivistas. Aquiescência, resistência ou rebeldia participam dos processos de manutenção da realidade social tanto quanto dos processos de mudanças sócio-históricas. Neste sentido, o a-historicismo e o anticognitvismo da etnometodologia e de abordagens opositoras ao mentalismo, me parecem uma barreira à compreensão dessas mudanças sócio-históricas. Oportuno lembrar que para Garfinkel, a ordem social é constituída a partir da reificação das interpretações que os agentes sociais fazem acerca dos fatos sociais: *A society`s members encounter and know the moral as perceived normal courses of action - familiar scenes of everyday affairs, the world of daily life in common with others and with others taken for granted.*<sup>5</sup> (Garfinkel, 1967, p.35).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece-me, assim, que a etnometodologia responde às perguntas acima expostas de uma forma um tanto o quanto tautológica. Primeiramente, a questão - *1. Por que uns resistem ou se rebelam enquanto outros obedecem?* - não poderia ser respondida tendo por base o

---

<sup>5</sup> Os membros de uma sociedade encontram e conhecem a moral como cursos de ação normais - cenas familiares dos assuntos cotidianos, ou seja, eles partilham o mundo da vida diária em comum com os outros e com os outros o percebem como um dado adquirido (Tradução da Autora).

conceito que os atores sociais partilham de ``moral``, dado que rebeldia e resistência são sintagmas carregados de teor negativo para servirem de bases morais da sociedade brasileira, por exemplo. Em segundo, as diferenças nas atitudes – aquiescência/resistência/rebeldia – não poderiam se apoiar na mesma e única ``moral social`` para obterem a explicação una de suas existências.

Quanto à questão - 3. *Os atores sociais agem cotidianamente pensando em ``(re)construção da realidade social``?* -, prudente considerar que os atores sociais que se rebelam ou resistem assim o fazem justamente por desejarem romper com a ``moral`` que sustenta a ordem social que a eles desagrada.

Já a questão – 2. *O que move as mudanças sociais: a aquiescência ou a rebeldia?* – talvez possa ser adequadamente abordada a partir da consideração da existência de uma pluralidade de realidades sociais tanto quanto de uma diversidade de ``morais sociais``. Como, então, suas convergências e, sobretudo, divergências estruturam a ordem social? Creio que ainda teremos de aguardar os avanços nas pesquisas sociais da relação entre sociedade e linguagem até que tenhamos alguma resposta. Até lá, salutar é manter o espírito questionador ocupado com as perguntas:

O aspecto social emerge, sobretudo, como o que é tornado público na interação. Onde ver aí, por exemplo, o olhar antropológico, e interpretativista de Geertz? Ou até que ponto um olhar tão localizado, tão técnico, tão exaustivo nos deixa ver a dimensão social, cultural, histórica, política, ideológica? (Bastos, 2010, p. 102).

## BIBLIOGRAFIA

BASTOS, Liliana C. Interação, múltiplas semioses e corpo: uma interlocução com Charles Goodwin.

Disponível em: <http://www.unisinos.br/revistas/index.php/calidoscopio/article/view/469/65>  
Acessado em: 29 abril 2012.

BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2003

COULON, Alain. Etnometodologia. Petrópolis: Vozes, 1995.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. *In*: Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp. 4-11.

GABRIEL, Peters. Admirável senso comum? Notas sobre Schutz, Garfinkel e o problema da relação agência/estrutura na teoria social. Disponível em:

[www.unisinos.br/revistas/index.php/ciencias\\_sociais/article/viewFile/1046/241](http://www.unisinos.br/revistas/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/1046/241) Acessado em: 29 abril 2012.

GARFINKEL, Harold. Studies in ethnomethodology. New Jersey: Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1967.

KOCK, Ingedore G. Villaça; CUNHA-LIMA, Maria Luiza. Do Cognitivismo ao Sociocognitivismo. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs). Introdução à Linguística – fundamentos epistemológicos. Edição 5ª. São Paulo: Cortez, 2011, pp. 251-300, Vol. 3.

LEPSCHY, Giulio C. A Linguística Estrutural. Edição 2ª. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

MATTOS, Carmen L.G. A abordagem etnográfica na investigação científica. *In*: Revista INES-ESPAÇO. Rio de Janeiro: n.º 16, 2001, pp. 42-59. Disponível em: [www.ines.gov.br/paginas/revista/A%20bordag%20\\_etnogr\\_para%20Monica.htm](http://www.ines.gov.br/paginas/revista/A%20bordag%20_etnogr_para%20Monica.htm) Acessado em: 29 abril 2012.

PAIXÃO, Antônio. A etnometodologia e o estudo do poder: notas preliminares. Análise e Conjuntura. Brasília, DF, 2007. Disponível em:

[www.fjp.mg.gov.br/revista/analiseconjuntura/viewarticle.php?id=23](http://www.fjp.mg.gov.br/revista/analiseconjuntura/viewarticle.php?id=23)> Acesso em: 03 novembro 2011.

POLLAK, Michael. Memórias, esquecimentos, silêncio. Disponível em:

[http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf) Acessado em: 29 abril 2012.

ROBINS, Robert H. Pequena História da Linguística. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico; Brasília: INL, 1979.



SCHWARCZIN, Lilia K. M.: História e Etnologia. Lévi-Strauss e os embates em região de fronteira. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003477011999000100011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003477011999000100011&script=sci_arttext). Acessado em: 27 outubro 2011.